

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 214/2000

Altera a redação do § 7º do artigo 226 da Constituição Federal, no Capítulo da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso.

Autor: Dep. Aldir Cabral e outros

Relator: Dep. Rita Camata

VOTO EM SEPARADO DO DEPUTADO FERNANDO CORUJA

I – INTRODUÇÃO

O artigo 226 da Constituição Federal refere-se à Proteção especial devida pelo Estado para a família, que é a base da sociedade. O parágrafo 7º garante o direito de livre planejamento familiar por parte do casal, reservando para o Estado o dever de propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedando qualquer forma coercitiva de por parte das instituições oficiais ou privadas.

A Proposta de Emenda Constitucional vem, exatamente, propor uma alteração redacional no referido parágrafo, desmembrando-o em dois incisos e determinando que compete ao Estado, além de propiciar os recursos educacionais e científicos para que o casal possa exercer o seu direito de livre decisão acerca do planejamento familiar (inciso I), também atender, de modo irrecusável, na rede hospitalar pública ou conveniada, a livre decisão do casal que, já possuindo dois ou mais filhos, pretenda a limitação definitiva de sua prole através de procedimento cirúrgico próprio a que se submeta o homem ou a mulher.

Justificam os autores da proposta que existe uma profunda discriminação social que necessita ser suprida, discriminação esta que traduz-se

na impossibilidade de as camadas menos privilegiadas da sociedade de fazerem seus planejamentos familiares por não terem acesso aos hospitais particulares, dependem da rede hospitalar pública ou conveniada que não adota e nem oferece os procedimentos cirúrgicos próprios à limitação definitiva da prole. Assim, somente a parte mais favorecida da sociedade, assistida pelos mais caros planos de saúde, que propiciam acesso às cirurgias próprias de laqueadura e vasectomia, teria como efetivar o seu direito de planejamento familiar.

Em seu voto, a relatora da proposta sugere sua admissibilidade por não haver afronta ao § 4º do artigo 60 da CF, que trata das vedações ao poder de emendar.

II – PARECER

Compete à Comissão de Constituição e Justiça e de Redação somente a análise quanto à admissibilidade das propostas de emenda à Constituição que por aqui tramitam. No entanto, cumpre-nos alertar para algumas questões relevantes, que podem culminar num atraso desnecessário do processo legislativo se não abordadas tempestivamente.

Trata-se da existência de uma Lei que já disciplina a matéria contida no parágrafo 7º, artigo 226 da Constituição Federal, objeto, também, da Proposta de Emenda que ora tramita nesta Comissão e que analisamos.

A Lei 9.263/96, que regula o parágrafo 7º do artigo 226 da CF, em seu artigo 3º determina que o planejamento familiar é parte integrante do conjunto de ações de atenção à mulher, ao homem ou ao casal, dentro de uma visão de atendimento global e integral à saúde. Determina, na seqüência, que as instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde, em todos os seus níveis, obrigam-se a garantir, em toda a sua rede de serviços, no que respeita a atenção à mulher, ao homem ou ao casal, programa de atenção integral à saúde, em todos os seus ciclos vitais, que inclua, como atividade básica, dentre outras, a assistência à concepção e à contracepção (artigo 3º, parágrafo único, inciso I da Lei).

Também o artigo 9º da mesma Lei dispõe que para que haja o efetivo exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que

não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.

Quanto à esterilização voluntária, conforme o artigo 10 da Lei, esta só poderá ser realizada em homens e mulheres com capacidade civil plena e maiores de vinte e cinco anos de idade ou, pelo menos, com dois filhos vivos. Igualmente, são vedadas esterilizações que possam colocar em risco a vida ou saúde da mulher ou do futuro conceito, devendo o fato ser testemunhado em relatório escrito e assinado por dois médicos.

Como se nota, todos os detalhamentos necessários para a segura efetivação do direito garantido constitucionalmente de planejamento familiar, encontram-se expressos na Lei 9.263/96, distribuídos em 25 artigos. Assim, não podemos, agora, pretender que uma simples emenda redacional ao parágrafo 7º do artigo 226 da CF possa tornar efetivo o exercício de direito que mereceu 25 artigos de uma Lei.

O princípio da Razoabilidade necessariamente deve ser observado quando da tramitação de uma Proposta de Emenda à Constituição que visa efetivar um direito que já está regulamentado em Lei, pronto para ser usufruído pelas pessoas.

Sala da Comissão, em de dezembro de 2002.

Deputado FERNANDO CORUJA